

O MISTÉRIO DO MINISTÉRIO PRESBITERAL EM JOÃO PAULO II

*Pedro Inácio Stein*¹
Prof. Dr. Pedro Alberto Kunrath

Resumo

A teologia do ministério presbiteral, superada a crise de identidade, durante e logo após o Concílio Vaticano II, atingiu de modo considerável os presbíteros. Parece que, no longo ministério e Magistério de João Paulo II (1978-2005), encontrou uma síntese, primeiro nas Cartas aos Bispos e Presbíteros, por ocasião da Quinta-Feira Santa de cada ano, particularmente a do ano jubilar de 2000; e culminando na Exortação apostólica pós-sinodal *Pastores dabo vobis*, sobre a formação dos presbíteros. É esta síntese elaborada no contexto do respectivo Magistério pontifício e no texto deste trabalho monográfico.

Palavras-chave: Presbítero; João Paulo II; *Pastores dabo vobis*.

Abstract

The Theology of the presbyteral ministry has reached directly and considerably the presbyters. Pope John Paul II has written letters to the Bishops and presbyters at every Holy Thursday since 1979 about the presbyters, specially at the Jubilee of the year 2000, and culminating with the formation of the presbyters. This paper presents a synthesis of some important aspects concerning the doctrine of the Holy See.

Key words: Presbyter; Pope John Paul II; *Pastores dabo vobis*.

¹ Presbítero da Arquidiocese de Porto Alegre. Este trabalho refere-se à Monografia de conclusão do Curso de Graduação em Teologia, apresentado em 2005, sob a orientação do Professor Pedro Alberto Kunrath, reelaborado pelo mesmo orientador, para ser publicado.

Introdução

Estudar os escritos de João Paulo II é surpreender-se com o novo; com um novo modo de pensar a pessoa humana, no que se refere à sua dignidade como criatura amada por Deus. Desempenhando a vontade de Deus, toda a vida de João Paulo II foi fazer com que a pessoa humana fosse verdadeiramente reconhecida como participante da grandiosa obra de Deus. E não só que ela fosse reconhecida como também se reconhecesse como criatura fundamental para que a obra de Deus fosse plena.

Querendo que as pessoas fossem sempre mais introduzidas no mistério da redenção, escreve inúmeras Encíclicas e Cartas. E o que se dirá então sobre os escritos do Papa, quando ele se refere aos seus colaboradores, os presbíteros, dessa missão de dignificar a pessoa humana? Por ocasião da Quinta-Feira Santa, o Papa João Paulo II, desde 1979, primeiro ano do seu Pontificado, escreve uma Carta aos Bispos e Presbíteros. O tema dessas cartas contempla os mais diversos elementos constitutivos para o exercício do presbiterado. No total de vinte e cinco², elas refletem a linha de pensamento do Sumo Pontífice. Elas têm uma tríplice finalidade: a) reavivar o dom do sacerdócio; b) animar os presbíteros como colaboradores junto a seu bispo no múnus de ensinar, santificar e governar o povo sacerdotal; c) conscientizar-se do dom do sacerdócio recebido do Deus Trindade, no dia da ordenação presbiteral.

² O Papa João Paulo II escreve uma Carta anual aos presbíteros desde o primeiro ano do seu Pontificado. No primeiro ano (1979), escreveu uma aos bispos e uma para aos presbíteros. No ano de 1980, a Carta foi escrita somente aos Bispos. No ano de 1981, João Paulo II endereçou uma Carta diretamente aos bispos, mas menciona os irmãos no sacerdócio, além de lembrar sempre nelas a Quinta-Feira Santa como dia primordial da instituição da Eucaristia e do Sacerdócio ministerial.

Para compreender essa riquíssima literatura, foi necessário buscar e analisar qual fisionomia de presbítero o Papa João Paulo II vislumbra. Sabe-se que, sobretudo, após o Concílio Vaticano II, muitas críticas, problemáticas, na maioria das vezes aspectos particulares ou apenas alguns pontos de vista, são abordadas pelos que exercem o ministério ordenado, como também por teólogos e leigos interessados no assunto, o presbítero.

Se, antes do Concílio Vaticano II, a fundamentação do ministério presbiteral era eminentemente cristológica, o presbítero como um *alter Christus*, e logo após o Concílio se buscou uma fundamentação acentuadamente eclesiológica, como serviço na e para a comunidade eclesial, o Papa, sem esquecer ambos os aspectos, fundamenta o ministério presbiteral nas duas linhas, cristológica e eclesiológica, no quadro mais amplo da Trindade.

Para uma melhor compreensão desse ministério, o Papa recorre à Tradição e ao Magistério da Igreja, sendo o Concílio Vaticano II a base de que constantemente se vale. Além disso, lembra os documentos elaborados por seu próprio Magistério, especialmente a Exortação Apostólica *Pastores dabo vobis*. Por fim, João Paulo II recorre a uma forma de meditação e de exortação de profunda espiritualidade.

Valendo-se do Concílio Vaticano II, João Paulo II exorta a todos os presbíteros a constituírem especiais vínculos de fraternidade entre si e a vivenciarem uma união visível com o bispo da sua Igreja Particular. Destaca, outrossim, nessa fraternidade a importância da oração na vida do presbítero. Como o apóstolo Paulo, no primeiro século do Cristianismo, orienta através de Cartas suas comunidades e seus líderes a viverem a Boa-Nova de Cristo, pensa-se que João Paulo II deseja orientar, sobretudo, pelos presbíteros, a Igreja rumo a Cristo, Sumo Sacerdote da nova e eterna Aliança.

A apreciação dos diferentes assuntos abordados pelo Papa será feita no decorrer deste trabalho. Antes, porém, é de suma importância salientar que, nas vinte e cinco Cartas, que João

Paulo II escreveu são apresentadas suas linhas de pensamento que constantemente são retomadas nas outras Cartas de forma reiterada. A repetição, portanto, pode ganhar um sentido de assunto importante e incisivo. Não é intenção deste trabalho estudar todas as vinte e cinco Cartas que o Papa escreveu. Portanto, o que se vai ressaltar é a Carta que ele escreveu em preparação ao grande jubileu do nascimento de Cristo, a saber, a Carta aos Presbíteros, por ocasião da Quinta-Feira Santa de 2000.

É claro que este trabalho não tem a pretensão de elaborar um estudo exaustivamente aprofundado sobre o tema. Porém, o que será possível fazer é uma análise da importância do ministério ordenado como uma função e missão distintas da de todos os fiéis leigos, porque é uma vocação constituída para renovar e rememorar, com o mesmo poder de Cristo, o sacrifício da cruz, o grande mistério da redenção de toda a humanidade.

1 A Missão do Sacerdócio Ministerial

O sacerdócio ministerial precisa estar intimamente ligado ao exemplo de como Cristo concilia em si a autoridade divina e a solidariedade humana; ou seja, um coração de tal modo inclinado à misericórdia divina capaz, pela autoridade recebida, de santificar a pessoa humana. Em praticamente todas as Cartas, e especialmente na do ano 2000, o Papa João Paulo II refere-se às relações e também à distinção entre o sacerdócio comum dos fiéis cristãos e o sacerdócio ministerial³, um tema que veio sendo muito discutido durante e depois do Concílio Vaticano II.

Em relação ao sacerdócio comum, João Paulo II lembra sua essência, apontando para a Constituição Dogmática *Lumen Gentium*:

³ Cf. JOÃO PAULO II. *Carta aos presbíteros, por ocasião da Quinta-Feira Santa de 2000*. n. 5.

O Sacerdício comum dos fiéis e o Sacerdício ministerial ou hierárquico ordenam-se um ao outro, embora se diferenciem na essência e não apenas por grau. Pois ambos participam, cada qual a seu modo, do único sacerdício de Cristo. O sacerdício ministerial, pelo poder sagrado de que goza, forma e rege o povo sacerdotal, realiza o Sacrifício eucarístico na pessoa de Cristo e O oferecendo a Deus em nome de todo o povo. Os fiéis, no entanto, em virtude do seu sacerdício régio, concorrem na oblação da Eucaristia, e o exercem na recepção dos sacramentos, na oração e na ação de graças, e com o testemunho de vida santa, na abnegação e na caridade ativa (LG 10).

Essa diferenciação, não apenas na essência, mas também em grau, representa uma enorme riqueza na nossa Igreja. O sacerdício ministerial é um dom e um serviço para a comunidade sacerdotal; ou seja, está a serviço do sacerdício comum. O presbítero é chamado do meio da comunidade, mas não é ela quem chama ou delega, pois o chamado provém de Deus⁴. Sendo um chamado exclusivo de Deus, o Papa aponta o Concílio Vaticano II para inteirar que os leigos têm o direito de receber abundantemente, dos ministros ordenados, os bens espirituais da Igreja, presentes na Palavra de Deus e nos Sacramentos (cf. LG 10).

a) O Sacerdício Ministerial

Sabendo da riqueza de que a Igreja é dotada, em virtude dos carismas nela suscitados pela ação contínua do Espírito Santo, cada fiel cristão vive sua espiritualidade segundo a própria vocação à qual é chamado por Deus. Com efeito, aos presbíteros a espiritualidade permanece relacionada com os ministérios e-

⁴ JOÃO PAULO II. *Carta aos Presbíteros, por ocasião da Quinta-Feira Santa de 2000*, n. 4.

xercidos com espírito de serviço e na linha da caridade pastoral. Essa caridade se pratica “*pelo diário desempenho do seu ofício*” (LG 41). Efetivamente, por meio da vida e sacerdócio ministerial, chega-se a “*uma mais alta santidade, alimentando e fomentando sua ação na abundância da contemplação*” (LG 41).

Para tanto, é necessário deixar claro que o sacerdócio ministerial

fundamenta-se no caráter impresso pelo sacramento da Ordem, que configura a Cristo Sacerdote, de modo a poder agir na pessoa de Cristo Cabeça com o sagrado poder, para oferecer o Sacrifício e para perdoar os pecados⁵.

Com isso, chegamos a uma primeira conclusão referente à identidade do sacerdócio ministerial que coloca-o como uma íntima configuração a Cristo; ou seja, o sacramento da Ordem configura o presbítero no único sacerdócio de Cristo e dá-lhe os mesmos poderes de Cristo.

A identidade do presbítero deriva da participação específica no Sacerdócio de Cristo, pelo qual o ordenado se torna, na Igreja e para a Igreja, imagem real, viva e transparente de Cristo Presbítero, uma representação sacramental de Cristo Cabeça e Pastor. Através da consagração, o presbítero recebe como dom um poder espiritual que é a participação na autoridade com a qual Jesus Cristo, mediante o Seu Espírito, guia a Igreja⁶.

No sacerdócio de Cristo distinguem-se dois aspectos: o aspecto do culto e o aspecto da mediação. O primeiro aspecto

⁵ CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. *O presbítero: pastor e guia da comunidade paroquial*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2003, n. 6.

⁶ *Idem*, n. 2.

acha-se no sacerdócio de todos os cristãos, que são admitidos a aproximar-se de Deus, oferecendo seus sacrifícios, e a abrir sua existência à ação transformadora de Deus. O segundo aspecto pertence exclusivamente a Cristo. “*Há, com efeito, um só Deus e um só mediador entre Deus e os homens, um homem, Cristo Jesus, o qual entregou-se a si mesmo em resgate por todos (1Tm 2,5)*”.

Pois bem, esse segundo aspecto condiciona o primeiro. Sem uma mediação eficaz, o culto é vão. Depois, a mediação condiciona especialmente a comunhão, porque na comunhão se trata de relações entre pessoas, como na mediação. A comunhão eclesial não se pode constituir de modo algum, sem a mediação de Cristo. Essa mediação deve ser manifestada concretamente na vida cristã. Uma mediação, que não se manifesta, não funciona. E a expressão concreta, verificável, é um elemento essencial da mediação. É precisamente esta a função do sacerdócio ministerial: ser sacramento da mediação de Cristo, manifestar a presença de Cristo mediador e sua ação salvífica da cruz na vida dos cristãos.

Desde então, toda a oferta do presbítero é apenas a re-apresentação ao Pai daquela única oferta de Cristo, feita de uma vez para sempre⁷. É na celebração eucarística que o presbítero apresenta ao Pai, no pão e no vinho, o mesmo sacrifício de Cristo no Calvário, a fim de que, “*pelo ministério ordenado, a Igreja aqui na terra não cesse de edificar-se num Povo de Deus, Corpo de Cristo e Templo do Espírito Santo*” (PO 1).

O sacerdócio ministerial é, portanto, um dom que só Deus pode conceder à humanidade, através de pessoas escolhidas, preparadas e ordenadas para esse fim. E só pode conceder esse dom como um meio para a santificação do povo fiel, mediante a participação nos sacramentos. Com tal configuração, o presbítero em

⁷ JOÃO PAULO II. *Carta aos Presbíteros, por ocasião da Quinta-Feira Santa de 2000*, n. 8.

todas as suas atitudes e palavras pertence a Cristo e participa da sua unção e missão. Igualmente é chamado a servir a todos os irmãos e irmãs incondicionalmente, construindo uma comunidade enraizada no amor, sendo o presbítero imagem viva do Cristo Bom Pastor⁸.

b) Escolhido dentre o povo

O que mais chama a atenção na grandiosidade do mistério da vida do presbítero, além da sua consagração, é sua eleição; uma eleição divina que capacita um ser frágil e inacabado tornar presente o gesto redentor para toda a humanidade. E nos dias de hoje, não diferentemente de outrora, o mundo necessita de pessoas capazes e corajosas que se coloquem ao serviço radical e amoroso do anúncio da Palavra e da vivência dos sacramentos.

Em nossos dias, como em todas as épocas, a Igreja necessita de arautos do Evangelho, peritos em humanidade, que conheçam a fundo o coração do homem de hoje, participem de suas alegrias e esperanças, angústias e tristezas, e ao mesmo tempo sejam contemplativos enamorados de Deus⁹.

Nenhum presbítero poderá exercer seu ministério tal qual está descrito acima, se não for escolhido dentre o povo. Em outras palavras, somente a pessoa humana pode ser perita em humanidade, capaz de compreender o seu próprio coração. O que se quer introduzir é que o presbítero não “cai do céu” com todas as suas qualidades necessárias e suas dificuldades superadas. É um homem que nasce, cresce, é educado e participa, não só da

⁸ CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. *O Presbítero: pastor e guia da comunidade paroquial*, n. 5.

⁹ CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. *O Presbítero: mestre da palavra, ministro dos sacramentos e guia da comunidade*. São Paulo: Paulinas, 1999, p. 15.

sua história, mas de todos que fazem parte de sua vida. Portanto, todo presbítero é escolhido dentre o povo e é consagrado por Deus a favor da própria humanidade nas coisas que dizem respeito a Deus, a fim de reconciliar as pessoas com Deus (cf. *Hb* 5,1).

Na Carta aos Hebreus é descrito o caráter humano do presbítero (cf. *PdV* 5). Deus manifesta-se através de instrumentos inacabados para fazer-se plenamente conhecido. E os escolhe de diversas maneiras e situações, capacitando-os a participarem do único e eterno sacerdócio de Cristo.

João Paulo II acentua esse caráter de escolha dentre o povo, porém divino, quando exprime sua constatação e desejo, para que os presbíteros não se deixem levar pelo desânimo e dificuldades que o mundo apresenta.

É verdade: na história do sacerdócio, como, aliás, na de todo o povo de Deus, também se percebe a presença obscura do pecado. Muitas vezes a fragilidade humana dos ministros ofuscou neles a transparência da face de Cristo. Como maravilhar-nos disto, precisamente aqui no Cenáculo? Aqui não só se consumou a traição de Judas, mas o mesmo Pedro teve de confrontar-se com a sua debilidade, recebendo a profecia amarga da negação. Escolhendo homens como os Doze, Cristo certamente não tinha ilusões: foi nesta debilidade humana que ele pôs o selo sacramental da sua presença. A razão temo-la em São Paulo: ‘Trazemos esse tesouro em vasos de barro, para que tão excelso poder se reconheça vir de Deus e não de nós’ (*2Cor* 4, 7)¹⁰.

¹⁰ JOÃO PAULO II. *Carta aos Presbíteros, por ocasião da Quinta-Feira Santa de 2000*, n. 6.

Não há dúvida de que o caráter humano e passível de quedas e pecados coloca o presbítero como sendo alguém que necessita da graça de Deus. Porém, é pela oração que ele consegue superar a fragilidade humana para ser dentre o povo alguém que, fazendo a experiência de Deus, conduz seu povo a fazer a mesma experiência.

Durante toda a História da Salvação, Deus tem chamado pessoas para anunciar a sua Palavra e denunciar o que vai de encontro a essa Palavra. É um convite muito pessoal de Deus ao escolhido. Várias narrações são citadas na Sagrada Escritura, quando Deus escolhe, dando o poder de sua Palavra aos patriarcas (cf. *Gn* 12; *Ex* 3), aos profetas e, na plenitude dos tempos, ao seu próprio Filho (cf. *Gl* 4, 4).

c) Uma eleição a serviço da Igreja e do mundo

Em continuidade com a missão de Cristo, enviado ao mundo como salvador (cf. *Mt* 1, 21; *Lc* 2, 1), o presbítero também é enviado por Cristo ao mundo para ser o anunciador da salvação. Ao enviar os apóstolos a todo o mundo como instrumentos vivos de sua presença, Cristo dá-lhes o grande mandato missionário (cf. *Mc* 16, 15; *Mt* 28, 18-20). Dado esse mandato aos apóstolos, a Igreja também é igualmente convocada a exercer de maneira intensa e indivisa a vontade de Cristo.

Sendo o presbítero alguém inserido na Igreja pela vinculação que ele possui, não só com a Igreja Particular, mas também com a Igreja Universal (cf. *PO* 10), é dele também esse mandato. Tal é a vocação missionária do presbítero. Em outras palavras, o presbítero é chamado a ver o mundo como Cristo o vê. Para tanto, o presbítero como enviado ao mundo tem de ser, como Cristo, misericordioso, compassivo com os pecadores, paciente e compreensivo com seus erros e verdadeiro apóstolo. No mundo ao qual é enviado o seguidor de Cristo, o chamado é para ser fiel à verdade e à palavra do Evangelho. Dar testemunho da santidade e dos valores e virtudes cristãs torna-se indispensável. São essas

atitudes de fiel seguidor que fazem o presbítero comungar na unidade da Igreja.

Mas o que não se pode perder de vista é que a única referência do presbítero deve ser o próprio Cristo, único Sacerdote. É dele que procedem o sacerdócio ministerial e seu serviço dentro da Igreja.

O presbítero tem como referência fundamental o relacionamento com Jesus Cristo Cabeça e Pastor: ele, de fato, participa, de modo específico e autorizado, na consagração/unção e na missão de Cristo (cf. *Lc* 4, 18-19). Mas, intimamente ligada àquela, encontra-se a relação com a Igreja. Não se trata de relações simplesmente justapostas, mas profundamente unidas numa espécie de mútua imanência. A referência à Igreja inscreve-se na única e mesma referência do presbítero a Cristo, no sentido de que é a representação sacramental de Cristo a fundamentar e animar o relacionamento e referência do presbítero à Igreja (*PdV* 16).

O sacerdócio ministerial é um chamado que surge com a Igreja (cf. *PdV* 16) para um exercício servicial dentro da própria Igreja em favor de todo o povo de Deus, incitando-o a viver intensamente o sacerdócio comum na sua totalidade¹¹, a fim de alcançar a santidade. E o exercício do ministério deve ser uma voz profética, como Cristo foi em seu tempo. Com isso, o presbítero, como membro escolhido por Deus e confirmado pela Igreja, é a voz da Igreja que é mistério, comunhão e missão de Cristo (cf. *PdV* 16).

¹¹ Esse exercício no cultivo de fazer transparecer em palavras e exemplos a graça do sacerdócio comum para os fiéis leigos vale também para os de vida consagrada e ministerial, conforme *Lumen Gentium* n. 10-15.

Em particular, o presbítero-ministro é servo de Cristo presente na Igreja, mistério, comunhão e missão. Pelo fato de participar da unção e da missão de Cristo, ele pode prolongar na Igreja a sua oração, a sua palavra, o seu sacrifício e a sua ação salvífica. É, portanto, servidor da Igreja-mistério, porque atua os sinais eclesiais e sacramentais da presença de Cristo ressuscitado. É servidor da Igreja-comunhão, porque – unido ao bispo e em estreita relação com o presbitério – constrói a unidade da comunidade eclesial na harmonia das diferentes vocações, carismas e serviços. É finalmente servidor da Igreja-missão, porque faz com que a comunidade se torne anunciadora e testemunha do Evangelho (*PdV* 16).

Sendo o presbítero um servidor de Cristo na Igreja presente no mundo, é necessário que ele tenha um coração sempre voltado a Deus e à sua vontade. Não deve seu coração estar voltado, mesmo inserido no mundo, às coisas do mundo, deixando-se cegar por elas, ofuscando, assim, as coisas de Deus. Paulo apóstolo, aos Gálatas, nos diz que o cristão, e principalmente o apóstolo, deve procurar agradar a Deus e não aos homens (cf. *Gl* 1, 10). Cabe aqui salientar que esse agrado a Deus e não aos homens tem uma ligação de fidelidade à verdade, que deve ser pregada pelo presbítero, mesmo que lhe custe a própria vida.

Por isso, configurado a Cristo, o presbítero deve esforçar-se, em primeiro lugar, por ser um cristão autêntico no meio em que vive, dando testemunho da Igreja que o consagrou. Tendo como projeto de vida essa autenticidade, ele é chamado a ser um sinal de santidade, mediante sua identificação com Cristo. Ou seja, num mundo muitas vezes nebuloso ou mergulhado na escuridão, o presbítero deve indicar o referencial a seguir como uma luz que aponta e ilumina o caminho.

2 Presbítero: Homem de Deus

O que vai ser explanado neste item é a íntima ligação que o presbítero tem com Deus, pelo sacramento da Ordem. O sacerdócio ministerial nasce da vontade de Cristo para continuar sua própria missão salvífica¹². É por isso que o presbítero possui uma ligação, um vínculo ontológico específico que o une a Cristo, Sumo Presbítero e Bom Pastor¹³. Essa íntima ligação com Cristo configura a identidade do sacerdócio ministerial, dando-lhe como missão a continuação da obra redentora de Cristo.

A vida e o ministério do presbítero são uma continuação da vida e ação do próprio Cristo. Esta é a nossa identidade, nossa verdadeira dignidade, a fonte da nossa alegria, a certeza da nossa vida¹⁴.

Juntamente com essa identidade primordial do presbítero vem a relação que deve ser demonstrada na sua atuação junto ao Corpo eclesial. O presbítero, mesmo escolhido por Deus, não exerce seu ministério sozinho. Lembra-nos a Exortação Apostólica *Pastores dabo vobis*:

Assim se pode compreender a conotação essencialmente relacional da identidade do presbítero: mediante o sacerdócio, que brota das profundezas do mistério de Deus, ou seja, do amor do Pai, da graça de Jesus Cristo e do dom da unidade do Espírito Santo, o presbítero é inserido sacramentalmente na comunhão com o bispo e com os outros presbíteros, para servir o Povo de Deus, que é a Igreja (*PdV* 12).

¹² CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. *Diretório para o Ministério e a Vida do Presbítero*. Petrópolis: Vozes, 1994, n. 1.

¹³ *Idem*, n. 2.

¹⁴ *Idem*, n. 3.

O presbítero é, portanto, fruto trinitário¹⁵ para a edificação da Igreja. Ele é a representação sacramental de Cristo chamado a repetir os mesmos gestos do Mestre (cf. *PdV* 15).

a) A consagração a Deus

O chamado ao sacerdócio ministerial só pode acontecer no seio de uma relação de fé e de amor por Deus. A vocação é uma atração exercida por Deus sobre aquele que se abre ao dom da vocação, fazendo-o ir ao encontro de Cristo. Ele mesmo nos confirma essa relação: “*Ninguém vem a mim, se o Pai não o atrair*” (*Jo* 6,44). Esse dom é, então, uma atração de amor, um convite a segui-lo (cf. *Mt* 9, 9), a dar-lhe a própria vida (cf. *Lc* 9, 24), é identificar-se com ele e com sua missão; é, por fim, participar do amor que ele tem pela instauração do Reino. Esta consagração é a Deus, porque é o próprio Deus que chama o presbítero para responder ao chamado. O presbítero sente-se interpelado por Deus a dar sua resposta ao amor que Deus tem por ele como cristão que é. Portanto, não é um chamado da Igreja como instituição, e sim um apelo de Deus para que a Igreja, como sacramento de Cristo, permaneça firme e com seus devidos e escolhidos arautos até ao fim dos tempos.

Sendo assim, como a vida de Cristo foi sempre voltada ao Pai, também a do presbítero deve ser uma vida consagrada ao anúncio da vontade e da Palavra de Deus¹⁶. Para essa missão de consagração é Deus quem toma a iniciativa, ele é quem chama, escolhe, consagra e envia¹⁷ para tomar como sua a mesma missão que Cristo confiou aos apóstolos e, por sua vez, à Igreja, a

¹⁵ JOÃO PAULO II. *Carta aos Presbíteros, por ocasião da Quinta-Feira Santa de 2000*, n. 4.

¹⁶ CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. *Diretório para o Ministério e a Vida do Presbítero*. Petrópolis: Vozes, 1994, n. 14.

¹⁷ BIBOLLET, Bruno. *Padres diocesanos: elementos de espiritualidade*. São Paulo: Paulinas, 2000, p. 17.

fim de manifestar a compaixão e a ternura de Deus para com toda a humanidade¹⁸. E essa manifestação é a proclamação do Evangelho de Deus, da vida de Cristo a todos os povos (cf. *PO* 4).

Por fim, o que temos a entender é que o presbítero consagra-se a Deus na Igreja e faz dessa consagração uma adesão sincera e profunda na propagação do Reino de Deus. Uma consagração que se une perfeitamente com o serviço a ele confiado, que deve ser feito com a dedicação e fidelidade próprias de Cristo, e apoiando-se unicamente na sabedoria e força de Deus¹⁹.

b) A íntima ligação com Cristo – configuração a Cristo, Cabeça da Igreja

O sacerdócio ministerial está a serviço de um mistério: o sacerdócio do próprio Cristo e o dom da salvação (cf. *LG* 28). Com isso, o presbítero possui seu serviço fixado, como já vimos, na Igreja e para a Igreja, como representação sacramental de Jesus Cristo, com a autoridade de proclamar sua palavra, imitando-o em tudo (cf. *PdV* 15). Os apóstolos, como primeiros constituídos a renovar o mistério da cruz de Cristo, foram chamados a atualizar esse mistério *in persona Christi* no sacrifício eucarístico²⁰, “*fonte e centro de toda a vida cristã*” (*LG* 11).

Sendo o sacrifício eucarístico a própria vida de Cristo, o presbítero ministra o sacramento do mesmo e único sacrifício de que Cristo é e permanece o único Sacerdote, o único altar e a única vítima²¹. A ligação que existe, então, entre Cristo e o sacerdócio ministerial é puramente sacramental. Cristo assim quis que se perpetuasse na Igreja a sua presença sacramental, e para que

¹⁸ *Idem*, p. 21.

¹⁹ CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. *O Presbítero: Mestre da palavra, ministro dos sacramentos e guia da comunidade em vista do terceiro milênio*, p. 23.

²⁰ JOÃO PAULO II. *Carta aos Presbíteros, por ocasião da Quinta-Feira Santa de 2000*, n. 4.

²¹ JOÃO PAULO II. *Sacerdócio e Eucaristia*. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 21.

isso acontecesse, instituiu o sacerdócio ministerial. Foi precisamente na Última Ceia (cf. *Mt* 26, 17-29; *Mc* 14, 12-25; *Lc* 22, 7-23), com o grande exemplo do lava-pés (cf. *Jo* 13, 1-30), que nasceu o sacerdócio ministerial²², para que fosse feita, em nome de Cristo, a memória do sacrifício da cruz, comunicando sua vida a todos que dele comungarem²³.

Na Exortação Apostólica *Pastores dabo vobis*, João Paulo II assinala que as atitudes e comportamentos do presbítero devem ser próprios de Cristo Bom Pastor (cf. *PdV* 13-15).

Jesus é o Bom Pastor pré-anunciado (cf. *Ez* 34), aquele que conhece suas ovelhas uma a uma, que dá a sua vida por elas e que a todos quer reunir num só rebanho e num único pastor (cf. *Jo* 10, 11-16). É o pastor que veio, não para ser servido, mas para servir (*Mt* 20, 28) que, na ação pascal do lava-pés (*Jo* 13, 1-20), deixa aos seus o modelo de serviço que deverão realizar uns aos outros, e que livremente se oferece como cordeiro inocente imolado para a nossa redenção (cf. *Jo* 1,36; *Ap* 5,6-12) (*PdV* 13).

Uma vez que o sacerdócio ministerial nasce por vontade e ação de serviço de Cristo²⁴, o presbítero não possui outra fonte que possa identificar-se melhor e mais eficazmente do que no próprio Cristo. É, portanto, identificando-se com esse modo de agir e com esse modelo de serviço de Cristo que o presbítero é chamado a se identificar, criando laços ontológicos com aquele que o fez existir.

²² JOÃO PAULO II. *Carta aos Presbíteros, por ocasião da Quinta-Feira Santa de 2000*, n. 1.

²³ ALDAZÁBAL, José. *A eucaristia*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 318.

²⁴ JOÃO PAULO II. *Carta aos Presbíteros, por ocasião da Quinta-Feira Santa de 2000*, n. 10.

A grandeza desse ministério é que Cristo capacita seus escolhidos para atuarem na participação do seu sacerdócio, fazendo as vezes dele. Eis o dom e o mistério.

Para o serviço deste sacerdócio universal da Nova Aliança, Jesus chama a si, no decurso da sua missão terrena, alguns discípulos (cf. *Lc* 10, 1-12) e, com um mandato específico e autorizado, chama e constitui os Doze, para que estivessem com ele, e para os enviar a pregar (*Mc* 3, 14-15) (*PdV* 14).

Tendo Cristo escolhido e constituído os que ele quis, para levarem adiante a mesma missão de salvação em favor de todos, até ao fim dos tempos, quer igualmente instituir a unidade que deve existir entre o presbítero e ele (cf. *PdV* 14).

Os doze são chamados ao ministério por uma iniciativa pessoal de Jesus e não por decisão ou eleição da comunidade, sendo que eles existem em função dele, agindo com uma autoridade reconhecida e jamais questionada pela comunidade primitiva e pela qual governam em nome de Cristo e em comunhão com ele²⁵.

O que vemos é que a missão e o sacerdócio ministerial não são diferentes da missão e do sacerdócio de Cristo. O presbítero tem sua íntima ligação em Cristo, porque em tudo ele deve agir em nome do próprio Cristo²⁶. Tendo, portanto, essa identificação enraizada em Cristo, que age através do sacerdócio minis-

²⁵ BLUME, Leandro. O sacerdócio ministerial no prefácio de ordenação. *Teo-comunicação*, n. 148 / junho de 2005, p. 234.

²⁶ KLOPPENBURG, Boaventura. *O ser do padre*. Petrópolis: Vozes, 1972, p. 81.

terial²⁷, o presbítero, que empresta a sua voz a Cristo²⁸, é chamado a prolongar a presença de Cristo atualizando o seu estilo de vida, a fim de tornar-se reflexo²⁹ da própria presença de Cristo entre as pessoas (cf. *PdV* 15).

c) Chamado à santidade e a santificar

Pulsa e desafia a todos os fiéis leigos, e mais ainda os que se consagram totalmente ao serviço do Reino, a palavra de Cristo, quando interpela seus discípulos à santidade: “*Sede perfeitos como é perfeito o vosso Pai celeste*” (Mt 5, 48). Bem se sabe que a busca da santidade é meta de todos os fiéis (cf. *LG* 40). Santidade que deve ter como parâmetro a mesma perfeição de Deus realizada em Jesus Cristo (cf. *LG* 41). Com isso, a santidade sacerdotal se enraíza na espiritualidade cristã. As virtudes humanocristãs passam a ser sacerdotais, quando se expressam na caridade pastoral. Dessa raiz humana, cristã e sacerdotal, brotam aplicações concretas assinaladas pelo Concílio Vaticano II para a vida e formação sacerdotal:

Não podem ser ministros de Cristo, se não forem testemunhas e dispensadores de uma vida distinta da terrena, nem podem tampouco servir aos homens, se permanecerem alheios em conseguir este fim: as virtudes que com razão se estimam no trato humano, como são a bondade de coração, a sinceridade, a fortaleza de alma e a constância, o contí-

²⁷ JOÃO PAULO II. *Carta aos Presbíteros por ocasião da Quinta-Feira Santa de 2000*, n. 6.

²⁸ *Idem*, n. 13.

²⁹ É por isso que o presbítero possui uma primordial ligação com Cristo. Ele, o presbítero, que nasce por vontade de Cristo é, por serviço ao Reino de Deus, consagrado para configurar-se no modo de vida, nas atitudes, na empatia, na relação com Deus e com o semelhante, como Cristo configurou-se em tudo a Deus Pai no Espírito Santo. Cabe aqui salientar também a dimensão trinitária da identidade do sacerdócio ministerial, o que já foi explanado.

nuo esforço pela justiça, a urbanidade e outras (PO 3; cf. OT 08-21).

Se é esperado dos fiéis leigos o exercício contínuo à santidade, quanto mais se espera daqueles que os incitam a viver santamente. Os presbíteros, diz-nos o Concílio Vaticano II, cresçam, por Cristo, eterno e único Mediador, pelo cotidiano exercício de seu ofício, no amor de Deus e do próximo, almejando a santidade (cf. PO 3). E mais:

Os presbíteros, porém, se vêem obrigados por um título especial a atingir tal perfeição (Mt 5, 48), pelo fato de eles, consagrados a Deus de modo novo pela recepção da Ordem, se transformarem em instrumentos vivos de Cristo Eterno Sacerdote, a fim de poderem, ao longo dos tempos, completar a obra admirável dele, que reintegrou com a eficiência do alto toda a sociedade dos homens (PO 12).

Frente à perfeição que Cristo pede a todos e principalmente a quem dispensou a graça de participarem do seu Sacerdócio ministerial, existe a fragilidade humana. Cristo não escolhe pessoas perfeitas para essa missão. E é nessa debilidade humana que ele pôs o selo sacramental da sua presença³⁰. Paulo traça essa fragilidade humana, quando nos diz que o tesouro da fé é trazido em vasos de barro (cf. 2 Cor 4, 7). A razão aqui exposta remonta à condição de criatura inacabada, portadora de uma graça que independe do seu estado de vida. Porém, não se pode pensar que esse estado humano debilitado, com tendências ao pecado, deve conformar o ministro ordenado deixando-o relaxo e fechado à graça de Deus que o chama à perfeição.

³⁰ JOÃO PAULO II. *Carta aos Presbíteros, por ocasião da Quinta-Feira Santa de 2000*, n. 6.

O sacerdócio ministerial, para que dê os frutos devidos, precisa buscar uma vida de santidade, mesmo que a “*graça possa levar a termo a obra da salvação também por ministros indignos*” (PO 12). Mas é preferível, e Deus assim quer, que sua graça redentora seja manifestada pelos ministros que estiverem mais abertos ao Espírito Santo pela íntima união com Cristo e santidade de vida (cf. PO 12). Com isso, “*os presbíteros alcançarão a santidade de maneira autêntica, se desempenharem suas tarefas de modo sincero e incansável no espírito de Cristo*” (PO 13).

A configuração a Jesus Cristo impõe ao presbítero um novo motivo para alcançar a santidade, devido ao ministério que lhe foi confiado, que é santo em si mesmo. Não significa que a santidade a que são chamados seja subjetivamente maior do que a santidade a que são chamados todos os fiéis cristãos em virtude do batismo. A santidade é sempre a mesma, embora com diversas expressões, mas o presbítero deve tender a ela por um novo motivo: para responder àquela nova graça que o configurou para representar a pessoa de Cristo, Cabeça e Pastor, como instrumento vivo na obra da salvação. No exercício do seu ministério, portanto, aquele que é ‘sacerdos in aeternum’ deve esforçar-se por seguir em tudo o exemplo do Senhor, unindo-se a ele na descoberta da vontade do Pai e no dom de si mesmo pelo rebanho que lhe foi confiado³¹.

³¹ CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. *O presbítero: pastor e guia da comunidade paroquial*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2003, n. 10.

Uma vez que o presbítero é convocado a uma vida que caminha para a santidade, ele também é incentivador e educador que leva os fiéis a buscarem também a santidade³² que se acha no encontro e doação da própria vida a Deus, confirmando, assim, os fiéis no amor de Cristo que os chama à santidade. Portanto, o presbítero é chamado à santidade, para incitar os fiéis leigos à santidade pela oração, leitura e meditação da Palavra de Deus, pela participação dos sacramentos, principalmente pela Eucaristia e Reconciliação, e pela caridade pastoral (cf. *PO* 13), sabendo que o sacerdócio ministerial é para a Igreja “alegria e fonte de responsabilidade”³³.

d) A espiritualidade do presbítero

Para entendermos a fonte da espiritualidade do presbítero, é preciso ter em mente a reflexão já feita acerca da identidade desse ministério³⁴. O presbítero, a exemplo de Cristo, que continuamente reza ao Pai (cf. *Mt* 26, 36-44), deve unir-se a ele pelo ministério conferido pela Igreja, alimentando-se pela oração contínua e testemunhal que nasce da Eucaristia.

O presbítero foi, por assim dizer, concebido na longa oração durante a qual o Senhor Jesus pediu ao Pai pelos seus apóstolos e por todos aqueles que no decurso dos séculos iriam participar da sua missão. A mesma oração de Jesus no Getsêmani, toda orientada para o sacrifício do Gólgota, manifesta dum modo paradigmático como o nosso sa-

³² KLOPPENBURG, Boaventura. *O ser do padre*. Petrópolis: Vozes, 1972, p. 86.

³³ JOÃO PAULO II. *Carta aos Presbíteros por ocasião da Quinta-Feira Santa de 2000*, n. 13.

³⁴ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Vida e ministério do presbítero – pastoral vocacional*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1981, n. 204 - 208.

cerdício deva ser profundamente vinculado à oração: enraizado na oração³⁵.

Tal espiritualidade necessita de uma conexão entre a vida do presbítero e o exercício do seu ministério (cf. *PdV* 24). Com isso, “os presbíteros são orientados para a perfeição da vida por força das próprias ações que desenvolvem cotidianamente”³⁶. Toda a vida espiritual do presbítero deve estar ligada à identidade sacerdotal, ou seja, a espiritualidade é uma tomada de consciência de que o ministro ordenado é ministro do próprio Cristo, em virtude da configuração ao mesmo Cristo³⁷.

Frente a isso, o presbítero precisa ter um ponto de onde emana o alimento para fortalecê-lo na vida espiritual. E onde e como buscar esse alimento? A fonte de busca do alimento que fortalece a vida espiritual do presbítero é amplamente recordada no *Diretório para o ministério e a vida do presbítero*, que é extraído dos documentos da Igreja, principalmente do Decreto *Presbyterorum ordinis*, do Concílio Vaticano II:

É necessário, portanto, que o presbítero programe a sua vida de oração de maneira a incluir: a celebração eucarística cotidiana, com adequada preparação e ação de graças; a confissão freqüente e a direção espiritual já praticada no seminário; a celebração íntegra e fervorosa da liturgia das horas, à qual é cotidianamente obrigado; o exame de consciência; a oração mental propriamente dita; a *lectio divina*; os momentos prolongados de silêncio e de colóquio, sobretudo nos Exercícios e Retiros Espirituais periódicos; as preciosas expressões

³⁵ CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. *Diretório para o ministério e a vida do presbítero*, n. 38.

³⁶ *Idem*.

³⁷ *Idem*, n. 25.

da devoção Mariana como o rosário; a Via-sacra e outros pios exercícios³⁸.

Portanto, o cuidado da vida espiritual do presbítero deve ser considerado como um dever que traga alegria e um certo direito, por parte dos fiéis leigos, que procuram nele; e eis a centralidade da espiritualidade que o presbítero deve refletir em sua missão de pastor, o homem de Deus³⁹.

3 O Ministério voltado à Eucaristia e à Reconciliação

As palavras de Cristo, “*fazei isto em memória de mim*” (Lc 22, 19; 1Cor 11, 24) e “*àqueles a quem perdoardes os pecados...*” (Jo 20, 23), norteiam este ministério que nasceu, como também a Eucaristia, na Santa Ceia⁴⁰. Foi por estas palavras que Deus Pai deu, através de seu Filho, à humanidade inteira o maior dom. E é por este dom, por excelência⁴¹, a Eucaristia, onde nasce também a Igreja como propagadora do sacramento que alimenta todos os demais sacramentos.

É pelo sacramento da Eucaristia que, tanto o presbítero como o fiel leigo, devem buscar forças para a autenticidade da missão herdada por Cristo, quando ele convoca cada discípulo seu ao anúncio incansável e sem fronteiras do Evangelho (cf. Mt 28, 19). Tanto a Igreja como a Eucaristia, se é possível distinguir, nasceram pela vontade de Cristo. Acerca disso João Paulo

³⁸ CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. *Diretório para o ministério e a vida do presbítero*, n. 39.

³⁹ *Idem*.

⁴⁰ JOÃO PAULO II. *Carta aos Presbíteros, por ocasião da Quinta-Feira Santa de 2000*, n.1.

⁴¹ JOÃO PAULO II. Encíclica *Ecclesia de eucharistia*. São Paulo: Paulinas, 2003, n. 11.

II nos diz que “*não existe Eucaristia sem sacerdócio, como não existe sacerdócio sem Eucaristia*”⁴².

Uma vez que Cristo soprou sobre os apóstolos, conferindo o mesmo poder que ele possuía de Deus (cf. *Jo* 20, 19-23), também podemos dizer do sacramento da Reconciliação o mesmo que João Paulo II disse da relação e dependência do sacerdócio ministerial com a Eucaristia. Ou seja, não existe Eucaristia e Reconciliação sacramental sem o sacerdócio, como não existe sacerdócio sem Eucaristia e Reconciliação. Nesse sentido, João Paulo II quer deixar claro, como toda a doutrina do sacramento da Ordem expõe, que o cultivo do sacramento da Eucaristia deve estar no primeiro plano na vida do presbítero⁴³. E quanto ao sacramento da Reconciliação, ter consciência de que é instrumento da misericórdia de Deus realizada numa “*paternidade espiritual*”⁴⁴.

a) *O ministro ordenado e a Eucaristia*⁴⁵

“*A Igreja vive da Eucaristia*” (EE 1), como também o presbítero, ministro ordenado da Igreja, vive da Eucaristia. O sacerdócio ministerial possui uma relação muito estreita com a Eucaristia. Ambos, como já vimos, nasceram por vontade de Cristo na Santa Ceia. O sacrifício eucarístico tem necessidade absoluta do sacerdócio ministerial. A Carta Encíclica *Ecclesia de Eucharistia* recorda que, para a celebração eucarística, sem dúvida não é suficiente o sacerdócio comum. Em conformidade com o Concílio Vaticano II, “*os fiéis, em virtude do seu sacerdócio real, concorrem para a oblação da Eucaristia*”, mas é o presbítero que “*realiza o sacrifício eucarístico na pessoa de Jesus Cristo e*

⁴² JOÃO PAULO II. *Dom e mistério*. São Paulo: Paulinas, 1997, p. 89.

⁴³ JOÃO PAULO II. *Dom e mistério*, p. 86.

⁴⁴ *Idem*, p. 99.

⁴⁵ Não é intenção fazer uma explanação teológica sobre o sacramento da Eucaristia. Somente será apresentada a relação que o presbítero deve ter com este sacramento, que é memorial sacramental da morte e ressurreição de Cristo.

*o oferece a Deus, em nome de todo o povo” (LG 10). Esse ministério implica a sucessão apostólica, ou seja, “uma série ininterrupta, desde as origens, de ordenações episcopais válidas” (EE 28). Em decorrência disso, temos a expressão *in persona Christi* que, como já vimos, significa a identificação específica e sacramental do sacerdócio ministerial com o Sumo e Eterno Sacerdote, Jesus Cristo, que é o autor e o principal sujeito deste seu próprio sacrifício que, na realidade, não pode ser substituído por ninguém (cf. EE 29).*

A assembleia que se reúne para a celebração da Eucaristia necessita absolutamente de um presbítero ordenado que a ela presida, para poder ser verdadeiramente uma assembleia eucarística. Por outro lado, a comunidade não é capaz de dotar-se por si só do ministro ordenado. Este é um dom que ela recebe através da sucessão episcopal que remonta aos Apóstolos. É o Bispo que constitui, pelo sacramento da Ordem, um novo presbítero, conferindo-lhe o poder de consagrar a Eucaristia (EE 29).

E nascendo de Cristo na Santa Ceia e perpetuado pela sucessão apostólica, estão intimamente unidos sacramentalmente. Ou seja, a Eucaristia e o sacerdócio ministerial ordenam-se mutuamente. Sem a Eucaristia, o presbítero perderia a sua identidade e sua missão junto ao povo sacerdotal, e sem o ministério ordenado a Eucaristia não seria servida como alimento para os cristãos. Tornemos presente uma das primeiras cartas aos presbíteros que o Papa João Paulo II escreveu:

Mediante a nossa ordenação – cuja celebração ainda vinculada à Santa Missa, como consta desde o primeiro testemunho litúrgico – nós estamos unidos de modo singular e excepcional à Eucaristia. Somos aquilo que somos, de certo modo, “a partir dela” e “para ela”. Somos também, e de modo particular, responsáveis “por ela” – quer todos e cada um dos presbíteros nas próprias comunidades, quer todos e cada um dos bispos, em virtude do cuidado de todas as comunidades que lhes são confiadas, baseado s naquela *sollicitudo omnium ecclesiarum* de que nos fala São Paulo⁴⁶.

O mistério eucarístico é o centro de toda a vida da Igreja e do presbítero. Não há projeto ou atividade que deve estar acima da Eucaristia. No sacerdócio ministerial tudo deve mover-se tendo como principal motivação a busca em estar mais intimamente unido a Cristo, através do sacrifício eucarístico. E assim unido, desenvolver todas as demais atividades decorrentes do ministério. Isso porque a Eucaristia deve ser o alimento primordial de toda a vida pastoral do presbítero⁴⁷.

A Igreja nasce, se constrói e se alimenta da Eucaristia. E o sacerdócio ministerial tem raiz íntima e de sobrevivência na Eucaristia. A oração do presbítero, especialmente, mas de todo o Povo de Deus, que não desemboca na Eucaristia, é uma espiritualidade falsa. Ou seja, como antes temos referido, nenhuma das atividades do presbítero deve estar desligada da Eucaristia, quanto mais a sua própria espiritualidade. Toda a vida do presbítero depende de como ele vive a Eucaristia. O testemunho fundamental do presbítero dá-se pelo modo como ele ama a Eucaristia, porque, como já vimos, seu ministério possui íntima relação de

⁴⁶ JOÃO PAULO II. *Carta aos Presbíteros por ocasião da Quinta-Feira Santa de 1980*, n. 2.

⁴⁷ *Idem*, n. 9 e 10.

sobrevivência na Eucaristia. João Paulo II nos diz que o testemunho, que o presbítero deve dar ao povo de Deus, na celebração eucarística, depende muito da relação pessoal que ele tem com a Eucaristia⁴⁸.

E redescobrir o sacerdócio ministerial à luz da Eucaristia⁴⁹ é ter consciência de que a fonte primeira de santidade é a Eucaristia e que é na Eucaristia que ele encontrará forças suficientes para amar e conduzir à santidade o povo a ele confiado. A Eucaristia é, portanto, “*princípio, meio e fim do ministério sacerdotal*”⁵⁰, porque todos os ministérios e demais sacramentos da Igreja estão estreitamente ligados e ordenados à Eucaristia (cf. PO 5).

b) A Eucaristia como fonte de Reconciliação

A Eucaristia é a maneira que Cristo escolheu para permanecer conosco e nos alimentar de sua própria vida. Deus quer que todos os homens tenham alimento para o sustento do corpo e busquem a Eucaristia para alimento espiritual. Alimento este para reforçar a vida daquele que participa deste banquete, a fim de poder realizar em nós, aqui na terra, as boas obras e um testemunho vivo da presença de Cristo na santa Eucaristia.

Com isso, “*a Eucaristia e a Penitência são dois sacramentos intimamente unidos*” (EE 37). Como a Eucaristia cria e educa o crente para a comunhão (cf. EE 40) e o faz participar da obra redentora de Deus, assim também é o sacramento da Reconciliação. É uma comunhão ou amizade entre Deus e o fiel, que é restabelecida mediante o sacramento⁵¹. Podemos assim di-

⁴⁸ JOÃO PAULO II. *Carta aos Presbíteros, por ocasião da Quinta-Feira Santa de 2000*, n. 14.

⁴⁹ *Idem*, n. 15.

⁵⁰ CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. *Diretório para o ministério e a vida do presbítero*, n. 48.

⁵¹ CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. *Diretório para o ministério e a vida do presbítero*, n. 51.

zer que a Eucaristia possui um caráter de perdão⁵² e de conversão.

Se a Eucaristia torna presente o sacrifício redentor da cruz, perpetuando-o (Cristo) sacramentalmente, isso significa que deriva dela uma contínua exigência de conversão, de resposta pessoal à exortação de São Paulo dirigida aos cristãos de Corinto: “Suplicamo-vos em nome de Cristo: reconciliai-vos com Deus” (2 Cor 5, 20) (EE 37).

A Eucaristia é de tal modo fonte de reconciliação que o próprio Cristo fez-se vítima para a remissão dos pecados (cf. Mt 26, 26-28). É no sacrifício da cruz que acontece a remissão dos pecados. E sendo a Eucaristia a memória perene desse único sacrifício, é, por conseqüência, fonte de remissão.

No sacrifício da missa, a paixão de Cristo se faz presente, e a Igreja oferece de novo a Deus, para a salvação de todo o mundo, o corpo, que é entregue por nós, e o sangue, que é derramado para a remissão dos pecados. Na Eucaristia, Cristo está presente e se oferece como vítima de nossa reconciliação e para que sejamos reunidos num só corpo pelo seu Espírito Santo⁵³.

Pela Eucaristia, o presbítero deve proclamar a todos os fiéis a unidade em Cristo. Unidade esta que deve ser cultivada, afastando-se do pecado. O pecado faz com que o fiel se afaste de Deus, tornando-o indigno, segundo a consciência de cada um, de receber o Cristo eucarístico. A Eucaristia, portanto, deve ser o estímulo principal na busca do perdão. Uma vez que o pecado distancia a relação do homem com Deus, o querer estar intimamente unido a Cristo pela Eucaristia deve motivar o fiel a buscar

⁵² ZILLES, Urbano. *Os Sacramentos da Igreja Católica*. Porto Alegre: Edipucrs, 2001, p. 347.

⁵³ CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO. *Ritual da Penitência*. São Paulo: Paulus, 1999, p. 12.

o perdão. E sempre que se aproximar da mesa da Eucaristia, deve ter em mente o compromisso com a caridade. Quanto mais o presbítero, como ministro ordinário desses dois sacramentos! É pela Eucaristia que o presbítero se fortalece para o exercício do múnus sacerdotal de Cristo; também é, pelo sacramento da Penitência, fruto da Eucaristia, que ele busca ânimo e autenticidade para, na união com Cristo, na santidade de vida, pastorear o rebanho a ele confiado.

c) *O presbítero e o sacramento da Reconciliação*⁵⁴

Jesus é o único e necessário mediador da salvação eterna. A respeito disso, Paulo é explícito: “*Porque há um só Deus e um mediador entre Deus e os homens, Jesus Cristo homem, que se deu em resgate por todos*” (1Tm 2, 5-6). Daqui provém a necessidade, com vista à salvação eterna, daqueles meios de graça, instituídos por Cristo, que são os sacramentos.

A Igreja é, portanto, nos seus ministros ordenados, sujeito ativo da obra da reconciliação, pelos sacramentos. Mateus evangelista registra as palavras de Jesus aos discípulos: “*Em verdade vos digo: tudo o que ligardes na terra será ligado no céu, e tudo o que desligardes na terra será desligado no céu*” (Mt 18, 18).

Cristo confiou a obra de Reconciliação do homem com Deus exclusivamente aos seus apóstolos e àqueles que lhes sucedem na mesma missão. Os presbíteros são, portanto, por vontade de Cristo, os únicos ministros do sacramento da Reconciliação. Como Cristo, são enviados a chamar os pecadores à conversão e a reconduzi-los ao Pai, mediante o julgamento de misericórdia⁵⁵.

⁵⁴ Não é intenção tratar aqui da história nem da teologia deste sacramento.

⁵⁵ CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. *Diretório para o ministério e a vida do presbítero*, n. 51.

O poder de perdoar os pecados Jesus o confiou a homens fracos e pecadores, aos apóstolos e seus legítimos sucessores, no dia mais solene, na ressurreição, quando lhes apareceu e disse: “Assim como o Pai me enviou, também eu vos envio a vós. Tendo dito estas palavras, soprou sobre eles e disse-lhes: Recebei o Espírito Santo. Àqueles a quem perdoardes os pecados, ser-lhes-ão perdoados, e àqueles a quem os retiverdes, ser-lhes-ão retidos (Jo 20, 21-23)”.

Não resta dúvida de que o sopro de Cristo ressuscitado e as palavras “Recebei o (dom do) Espírito Santo...” expressam claramente que os apóstolos não obtiveram o poder de perdoar os pecados, em virtude de sua santidade ou impecabilidade, mas como um dom especial, merecido por Cristo e a ele conferido em favor de todos.

Frente a isso, o presbítero é o canal pelo qual jorra visivelmente a graça do perdão de Deus. É pelo ministro ordenado, escolhido dentre o povo, que Deus perdoa e acolhe o pecador. Com isso, o presbítero, no sacramento da Penitência, desempenha o papel de juiz, de médico e de pai⁵⁶. E por ser escolhido por Deus a desempenhar esse dom no amor e na disponibilidade, deve colocar-se sempre disposto a ministrar o sacramento da mesma forma como Deus nunca se cansa de perdoar (cf. *Catecismo da Igreja Católica* 1464).

O presbítero deve, igualmente, ter esse mesmo sentimento consigo; ou seja, buscar o sacramento do perdão continuamente como fonte de santificação pessoal capaz de instruir os fiéis à santidade. E esse sentimento brota do serviço de pastor que jamais se cansa de ir ao encontro da ovelha perdida.

⁵⁶ CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, cân. 978.

Ao celebrar o sacramento da Penitência, o presbítero cumpre o ministério do bom pastor, que busca a ovelha perdida; do bom samaritano que cura as feridas; do pai que espera o filho pródigo e o acolhe ao voltar; do justo juiz que não faz acepção de pessoa e cujo julgamento é justo e misericordioso ao mesmo tempo. Em suma, o presbítero é o sinal e o instrumento do amor misericordioso de Deus para com o pecador (*Catecismo* 1465).

O presbítero, continua o *Catecismo*, é o servo do perdão de Deus, o qual age na mesma caridade de Cristo que ama e pratica a verdade (cf. *Catecismo* 1466). Com isso, ele deve ter os mesmos sentimentos de Cristo que veio ao mundo para os pecadores (cf. *Mt* 9, 13), a fim de acolhê-los e restaurá-los na sua dignidade de filhos de Deus (cf. *Mt* 9, 6). Portanto, o presbítero, como ministro participante do único sacerdócio de Cristo, é o instrumento pelo qual o próprio Cristo, Bom Pastor, perdoa e restaura o pecador na sua dignidade de filho de Deus e participante da herança do céu.

4 Uma ‘Ordem’ para o serviço

Quando Cristo disse aos apóstolos que veio ao mundo para “*servir e não para ser servido*” (*Mt* 20, 28; *Mc* 10, 45), comunica a eles o modo pelo qual devem exercer o seguimento radical a ele. Uma vez dada aos apóstolos essa ‘ordem’ no serviço, é igualmente passada a todos os que Cristo chama para a participação no seu sacerdócio. E ao querer que os apóstolos participassem e fossem comunicadores do seu único sacerdócio, dá-lhes autoridade de fazerem e falarem em nome dele. Cabe lembrar que é uma autoridade, ou ordem, que deve ser exercida, não com usurpação, mas no serviço, no amor. É, acima de tudo, um agir com a mesma empatia de Cristo. É fazer com que tudo, o ser e o

agir do presbítero, concorra num pastoreio exercido na caridade para amar pastoralmente a comunidade⁵⁷.

a) Servir a exemplo de Cristo

Cristo mostrou singularmente o modo como o presbítero deve servir. O exemplo de Cristo está muito presente na cena do lava-pés, quando pede aos apóstolos que eles devem fazer a mesma coisa (cf. *Jo* 13, 3-16). Está aí o grande exemplo. É evidente que o presbítero precisa preocupar-se em encarnar na sua vida toda a vida de Cristo que se dá a conhecer pelo serviço à vontade de Deus, vontade esta que fez com que Cristo se despojasse de sua condição divina para aniquilar-se (cf. *Fl* 2, 6-8), a fim de ser o servidor entre os servidores.

O testemunho de Cristo é o testemunho à caridade pastoral, que é parte integrante da sua evangelização. Para o presbítero, esse serviço supõe relação pessoal com Cristo no seguimento e na imitação de suas atitudes de Bom Pastor. Sob essa idéia e realidade, o presbítero deve ser sinal do mesmo exemplo de servidor de Cristo e sua em relação com a Igreja. Poder-se-ia resumir o Decreto conciliar *Presbyterorum Ordinis*⁵⁸, dizendo que o presbítero é sinal de Cristo Sacerdote, Cabeça e Bom Pastor, enquanto participa de sua mesma consagração e missão para atuar em seu nome. É igualmente sinal de sua palavra, de seu sacrifício, de sua ação salvífica e de seu pastoreio, em equilíbrio de funções. É também sinal de comunhão eclesial com o bispo, com os outros presbíteros, com todo o Povo de Deus. Com essa comunhão deve ser transparente o sinal de caridade universal e máximo testemunho de amor. Isso porque o presbítero é instrumento vivo de Cristo, Bom Pastor. Com isso, suas virtudes, obe-

⁵⁷ URIARTE, Dom Juan Maria. *A espiritualidade do ministério presbiteral*. São Paulo: Loyola, 2000, p. 54.

⁵⁸ As idéias colocadas acerca da *Presbyterorum Ordinis* foram extraídas dos números que compreendem a missão do presbítero dentro de Igreja e frente ao mundo (n. 1-21).

diência, castidade e pobreza, devem ser concretização da caridade pastoral que move o presbítero e toda a comunidade à santificação.

O que se pode perceber é que em nada diferem o serviço de Cristo e o serviço do ministério ordenado. É o mesmo serviço de doação de si mesmo em favor de toda a humanidade. Uma doação que compreende um viver para o outro e conduzi-lo rumo à santidade. Ou seja, é uma realidade ontológica, como participação no ser de Cristo, relacional e vivencial, como trato pessoal, seguimento e imitação. Portanto, ser instrumento vivo de Cristo indica uma eficácia e uma transparência, de modo parecido como toda a Igreja é sacramento, quer dizer, sinal transparente e portador de Cristo.

b) O serviço do sacerdócio ministerial

O serviço que permeia o ministério presbiteral faz ligação íntima à nomeação que o próprio Cristo se dá acerca de seu serviço: “*Eu sou o Bom Pastor...*” (Jo 10, 11). Um exemplo que diferencia completamente do que pode ser entendido como um serviço dominador. Ou seja, o presbítero fazendo as vezes de Cristo não deve atuar como alguém que domina.

O reconhecimento da grandeza da função do ministro não deve levar a considerá-lo como um super-homem ou mesmo um semi-deus (cf. At 10, 25-26; 14, 11-25). Se o ministro exerce a autoridade de Cristo, deve exercê-la à maneira de seu mestre⁵⁹.

Para o presbítero, como aquele que foi configurado para fazer as vezes de Cristo, em meio ao povo, o ser bom pastor deve ser exercido num pastoreio mergulhado na mesma caridade de

⁵⁹ LEMAIRE, André. *Os ministros na Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1977, p. 109.

Cristo. É na caridade pastoral, eixo central para perceber o serviço presbiteral, que o presbítero encontra sua realização pessoal. É na caridade do Bom Pastor que o presbítero possui como ponto de referência a sua espiritualidade, testemunho e atuação sacerdotal (cf. *LG 41*); é caridade que visa a glória de Deus e que se preocupa com os problemas do povo. O equilíbrio dessas duas linhas, glorificação de Deus e doação ao povo, encontra-se na missão e na atitude de dar a vida a todos, caracterizando, assim, a missionariedade do presbítero. Para ele, então, o exercício da caridade pastoral é um dom de Deus aos outros.

A vida do presbítero concretiza-se pelo seguimento evangélico de Cristo, para ser fiel à sua missão. Essa missão é vida de caridade pastoral como sinal transparente da vida do Bom Pastor. Cristo fez de sua vida uma doação total segundo os desígnios salvíficos do Pai, no amor do Espírito Santo: dando-se a si mesmo (pobreza), sem pertencer-se (obediência), como esposo da vida de cada pessoa humana (castidade).

Assimilar a caridade pastoral de Cristo de maneira a torná-la forma da própria vida é uma meta que exige do presbítero empenhos e sacrifícios contínuos, já que ela não se improvisa, não conhece paradas nem pode ser conseguida duma vez para sempre. O ministro de Cristo deve sentir-se obrigado a viver e a testemunhar esta realidade sempre e em toda a parte, mesmo quando, por causa da idade, for desobrigado de encargos pastorais concretos⁶⁰.

⁶⁰ CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. *Diretório para o Ministério e a Vida do Presbítero*, n. 43.

O serviço pastoral do presbítero é um exercício constante de doação de si mesmo ao povo. É um deixar que Cristo fale, atue e transforme cada pessoa humana, a fim de prevalecer sempre sua dignidade. A vida do presbítero, enquanto servidor do povo, deve ser um contínuo sair de si; é um contínuo não se pertencer e ser conduzido para onde não quer. Isso porque o que deve ser colocado em evidência é a total entrega a Deus e ser conduzido por ele em lugares e momentos em que mais necessita a presença de Cristo.

Portanto, o presbítero nunca deve perder de vista o exemplo de Cristo Bom Pastor que “*não veio para ser servido, mas para servir*” (Mc 10, 45) e que se ajoelhou para lavar os pés dos apóstolos (cf. Jo 13, 5). Tal deve ser o parâmetro do serviço presbiteral. O serviço presbiteral é, por fim, para construir a comunidade no amor. É “*servir a Cristo Mestre, Sacerdote e Rei*” (PO 1), trabalhando em seu nome como Cabeça da comunidade (cf. PO 2); não buscando privilégios e vantagens humanas, senão o seu sinal de doação sacrificial ou humilhação (*kenosis*) de Cristo (cf. Fl 2, 7). É um serviço pastoral tão fecundo que é capaz de conhecer as ovelhas do seu rebanho.

c) O amor como base para o serviço pastoral

E como exercer de modo pleno o serviço pastoral? Como o presbítero é configurado a Cristo, o modo como fazer com que o serviço pastoral seja a imagem da relação de Cristo Bom Pastor com o seu rebanho é realizá-lo no mesmo amor de Cristo para com toda a humanidade. O amor, não só pelo serviço pastoral, mas também pelo fato de ter sido escolhido por Deus para atualizar o mistério da redenção é a chave que faz o presbítero viver de maneira intensa e consciente o dom recebido.

Uma vez que o ministério ordenado nasceu do amor de Cristo a toda a humanidade⁶¹, também o presbítero deve fixar-se no amor, para que seu ministério seja fecundo conforme a imagem do Bom Pastor. Com isso, o ministério presbiteral deve ser vivido conforme o mandamento do amor, tendo como exemplo a Santíssima Trindade. Esta comunhão há de ser vivida segundo a lógica do mandamento do amor: “Assim como eu vos amei, vós também deveis amar uns aos outros” (Jo 13, 34).

Não há outro caminho a ser seguido pelo presbítero senão viver seu ministério no amor. E a sintonia do presbítero com Cristo converte-se, espontaneamente, em amor à Igreja, “como Cristo amou a Igreja e se entregou por ela” (Ef 5, 25). Desse amor e dessa fidelidade deriva o sentido de comunhão com a Igreja (cf. PO 15), expresso na comunhão com o próprio bispo, com os demais presbíteros (cf. PO 7-8) e com toda a comunidade eclesial (cf. PO 9). Portanto, a fidelidade e o amor a Cristo não pode separar-se da fidelidade e do amor à Igreja (cf. PO 14).

O sentido e amor de Igreja se convertem em zelo apostólico de levar a cada pessoa e toda a comunidade eclesial pelo caminho da perfeição, que é amor nupcial celebrado com Cristo (cf. 2 Cor 11, 2). Sentido e amor de Igreja é, pois, olhá-la com os olhos da fé e com os sentimentos de Cristo, apreciá-la em suas pessoas e sinais eclesiais, carismas, vocações e ministérios, amá-la incondicionalmente, com espírito de doação, por ser o prolongamento de Cristo, sob sinais de pobreza e despojamento. Portanto, é de suma importância que o presbítero tenha consciência de que foi o Amor que o chamou para tão grande mistério que deve ser exercido com igual empenho, amor e doação plena, através do serviço pastoral.

⁶¹ Cf. Memorial da consagração da Oração Eucarística IV (...tendo amado os seus que estavam no mundo, amou-os até ao fim).

Conclusão

Depois de percorrer a Carta dirigida aos presbíteros, por ocasião da Quinta-Feira Santa de 2000, e depois desta exposição sintética do modelo de presbítero, que João Paulo II imprime, fica a certeza de que o ensinamento do Papa trouxe um aprofundamento à teologia do ministério presbiteral. O Sumo Pontífice, em tempos de muitos questionamentos, inclusive de ordem teológica, e de atitudes por vezes não-condizentes à vida de presbítero, dirigiu-se diretamente e regularmente aos próprios presbíteros, e soube ser firme, corajoso e misericordioso.

Ao mesmo tempo que reafirma repetidamente o ideal do ministério presbiteral, se dirige a seres humanos em que a fragilidade humana muitas vezes pesa e torna o ministério obscuro e difícil de ser vivido e que precisam continuamente ser encorajados no seu caminho de vida e vocação⁶².

O olhar positivo e insistente do Sumo Pontífice para o exercício do ministério presbiteral, conforme a tradição da Igreja latina, é bem compreendido, se levarmos em conta os questionamentos teológicos e eclesiológicos, pastorais e humanos, que fazem leituras críticas e algumas, inclusive, diferenciadas em relação ao ministério presbiteral e à hierarquia em geral. O Papa, sem entrar em debates teológicos, que desfigurariam o gênero de Carta exortativa dirigida aos presbíteros, insiste na identidade do presbítero, sua missão e serviço. Outra contribuição decisiva de João Paulo II é a configuração trinitária da vocação sacerdotal. O Papa reforça o aprofundamento da teologia trinitária que também decorreu da renovação teológica pós-conciliar.

Uma feliz circunstância deve também ser observada: João Paulo II instaurou um triênio trinitário para preparar o Grande Jubileu de 2000. Com isso, a Carta aos presbíteros foi também

⁶² JOÃO PAULO II. *Carta aos Presbíteros, por ocasião da Quinta-Feira Santa de 2000*, n. 6.

marcada por esse clima jubilar. Nesses anos, de modo muito especial, se firma a configuração trinitária do ministério presbiteral, dentro de uma espiritualidade e de uma história da Trindade que abraça todas as coisas⁶³. Portanto, o presbítero é convidado, através do seu testemunho e alimentando-se da oração íntima com Deus, a elevar e configurar sua vida ao mistério de Cristo, capaz de fazer com que o povo perceba nele o verdadeiro sentido do ser presbítero, a saber: agir *in persona Christi*.

⁶³ JOÃO PAULO II. *Carta aos Presbíteros, por ocasião da Quinta-Feira Santa de 2000*, n. 4.